



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - CTASP.

**(AUDIÊNCIA PÚBLICA)
REQUERIMENTO N° DE 2007.
(Da Sra. Manuela d'Ávila)**

Requer a realização de Audiência Pública com as presenças: Gestor Judicial da VARIG, Juiz de Direito da Recuperação Judicial da VARIG, Sr. Presidente da Associação de Pilotos da VARIG – APVAR, Sr. Presidente da Associação de Comissários da VARIG - ACVAR, Sr. Presidente da Associação dos Mecânicos de Vôo da Varig – AMVVAR, ANPT - Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, MM. Juiz Presidente da ANAMATRA. e Procurador-Geral do Trabalho, para debaterem a situação dos direitos trabalhistas do milhares de ex-funcionários da Viação Aérea Rio Grandense – VARIG.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para averiguar uma denúncia de violação dos direitos trabalhistas para com milhares de funcionários da Viação Aérea Rio Grandense – Varig.

Em 2 de agosto de 2006, cerca de 9 mil funcionários da Varig foram demitidos por telegrama. Iniciou-se então uma batalha judicial pelo pagamento de salários atrasados, rescisões de contrato, indenizações, décimos terceiros, férias e FGTS. Segundo associações de funcionários, o tempo máximo previsto para o acerto de conta com os trabalhadores era de um ano, prazo completado no mês passado. Um ano se passou e nem um centavo foi pago. A previsão é de 10 a 20 anos.

Hoje, a empresa deve aos 9 mil funcionários 13^ºs salários de 2004, 2005 e 2006, os salários de maio, junho e julho, férias do ano de 2006, aviso-prévio e depósito de FGTS de 2002 a 2006 com multa de 40% (desde o início da crise, em 2002, a empresa parou de depositá-lo e como as demissões não foram por justa causa, é cobrada a multa).

Assim, ante os breves fatos expostos e a gravidade da situação que milhares de trabalhadores estão expostos, faz-se necessário uma Audiência Pública, que aqui se requer.

Nestes termos, peço o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste requerimento, onde ouviremos cada parte envolvida, buscando contribuir para resolver esse impasse.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala da Comissão, em de setembro de 2007.

MANUELA D'ÁVILA
Deputada Federal